**Editor:** Carlos Alexandre de Souza
*carlosalexandre.df@dabr.com.br*
**3214-1292** / 1104 (Brasil/Política)

# Janeiro, o mês com mais morte no país

Foram mais de 144 mil óbitos, pior resultado desde 2003. Associação de cartórios coletou os dados

» GABRIELA BERNARDES*
» GABRIELA CHABALGOITY*

Nelson Almeida/AFP - 20/5/20

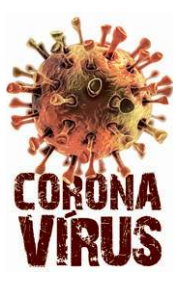


**Segundo números recolhidos pela Arpen/BR, em janeiro passado houve uma disparada de 22% nas mortes em relação a 2020**

O último mês de janeiro apresentou o maior registro de mortes desde 2003 — um total de 144.341. É o que mostra o levantamento realizado pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen/BR), que apontou um aumento de 5% em relação ao mesmo período do ano passado — quando foram averbados 137.431 óbitos. O mês já havia mostrado um crescimento de 22% nas vidas perdidas em relação ao mesmo período de 2020, antes do início da pandemia no país.

A alta de vítimas de pneumonia, segundo o presidente da Arpen/BR, Gustavo Renato Fiscarelli, ficou em cerca de 70% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Embora tenha sido apontada como menos letal, a variante ômicron foi responsável por uma explosão de infectados. Além disso, a nova cepa fez aumentar a taxa de óbitos, sobretudo entre não vacinados, idosos e pacientes com comorbidades.

Mas não foram apenas as mortes provocadas pela covid-19 que colocaram janeiro passado como o mês mais letal desde 2003. O número de mortes por causas violentas cresceu 81% em 2022 em relação a janeiro do ano passado. Com o fim do isolamento, os índices de óbitos em razão de homicídios, acidentes de veículos e suicídio contribuíram para o registro do recorde de vidas perdidas. Na comparação de janeiro de 2020, antes do isolamento, com o mesmo mês de 2021, houve queda de 73% nos óbitos violentos.




"No período em que o governo estabeleceu o isolamento e todas as outras medidas que foram necessárias, houve um decréscimo das mortes violentas, inclusive de acidentes. Com a retomada das atividades, esse número de mortes brutais voltou a aumentar, o que acabou aumentando o número em geral", explica Fiscarelli.

## Doenças cardíacas

Em janeiro passado, na comparação com o mesmo mês de 2021, também foi anotado o aumento de mortes por doenças do coração: AVC (20%), enfarte (17%) e causas cardiovasculares inespecíficas (19%). Também registraram crescimento as mortes por septicemia — infecção no sangue (23%), Síndrome Respiratória Aguda Grave/SRAG (9%) e indeterminada (9%).

Os dados constam no Portal da Transparência do Registro Civil, base de dados administrada pela Arpen, abastecida em tempo real pelos atos de nascimentos, casamentos e óbitos praticados pelos 7.658 cartórios de Registro Civil do país — presentes em todos os 5.570 municípios. O banco de informação é cruzado com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza como base os dados dos próprios cartórios.

### » Vítimas fatais: média ainda é alta

Mesmo com mais de 70% da população vacinada com duas doses ou aplicação única, o Brasil mantém uma média móvel de mortes por covid acima de 800. Especialistas apontam que a maior parte das vítimas é formada por idosos, vulneráveis e não imunizados. Nesse quadro, a alta transmissibilidade da cepa ômicron tem aumentado as internações em leitos de enfermaria e UTI em praticamente todo o país. Dois números no total de mortes de janeiro chamam a atenção: em janeiro de 2019, por exemplo, 1.337 pessoas morreram de AVC, mas, no primeiro mês deste ano, foram 10.326. Em doenças cardio-vasculares, se em 2019 o número foi 5.968, em janeiro passado chegou a 14.703.

## Veto a desvio do Disque 100

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, determinou, ontem, que o Disque 100 do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos deixe de ser usado para queixas contra a exigência de comprovante de vacinação para a covid-19. O canal se prestava, apenas, para o recebimento de denúncias de violações dos direitos humanos, mas a ministra Damares Alves decidiu que também poderia receber reclamações relacionadas à imunização contra a covid-19.

A decisão de Lewandowski também abrange notas técnicas do Ministério da Saúde que se opõem ao passaporte de vacinação e à obrigatoriedade da apolicação das doses pediátricas contra a covid-19. O ministro assinala que os documentos da pasta comandada por Marcelo Queiroga terão que estar com a interpretação validada pelo STF de que "vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário".

Lewandowski determinou que as notas técnicas terão que informar que o passaporte vacinal será implementado tanto pela União como pelos estados, Distrito Federal e municípios, respeitadas as competências de cada nível de governo. O ministro foi duro ao analisar a atuação dos ministérios de Queiroga e de Damares nesta pandemia.

"Ao disseminarem informações matizadas pela dubiedade e ambivalência, no concernente à compulsoriedade da imunização, [os ministérios] prestam um desserviço ao esforço de imunização empreendido pelas autoridades sanitárias", criticou. Para o ministro, os dois integrantes do governo contribuem para o baixo índice da vacinação pediátrica.

"O reflexo é o incremento do número de internações de menores em unidades de terapia intensiva — UTIs em 61% em São Paulo", salientou.

GARIMPO

## Decreto libera lavra; ambientalistas atacam

O presidente Jair Bolsonaro editou, ontem, o decreto que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal em Pequena Escala (Pró-Mape). De acordo com o governo, a intenção é promover o desenvolvimento do setor, principalmente na área da Amazônia Legal — que inclui nove estados. A iniciativa, porém, foi duramente criticada por ambientalistas, que consideraram mais um ataque do governo Bolsonaro à preservação do bioma.

O Ministério de Minas e Energia afirmou que o incentivo não incluirá as atividades realizadas de forma ilegal, e sim "atividades passíveis de regularização". O Planalto justificou a ação alegando que a mineração artesanal e em pequena escala contribui para a renda da população local.

Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, salientou que "essas atividades em geral são financiadas muitas vezes com dinheiro fruto de operações criminosas". Já Larissa Rodrigues, gerente de Portfólio do Instituto Escolhas, o decreto mostra que o presidente está trabalhando em favor do garimpo. "Para acabar com a ilegalidade na Amazônia, a política usada pelo presidente é tornar todos legais. Um absurdo!"

Em nota, o Instituto Escolhas afirmou que "não existe garimpo artesanal, mas sim garimpo predatório, com uso descontrolado de mercúrio e grandes impactos ambientais e à saúde da população de toda a Amazônia". **(GB* e GC*, estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi)**

## Fundação Assis Chateaubriand tem novos presidente e vice

Crédito:Divulgação



O Conselho de Curadores da Fundação Assis Chateaubriand elegeu, ontem, os seus novos presidente e vice-presidente. Foram eleitos, respectivamente, Gilberto Lima Jr. e Raul Saboia. Graduado em Comércio Exterior e pós-graduado em Tecnologia da Informação, Lima já coordenou políticas públicas relacionadas a tecnologia. Foi, ainda, mentor de empresas de base tecnológica, além de também presidir o Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social. Saboia atua como sócio-administrador do escritório de advocacia Raul Saboia Advogados e obteve reconhecimentos como a medalha de Alta-Distinção do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e a medalha no grau de comendador da Ordem do Mérito de Dom Bosco — TRT 10ª Região. Também detém o título de Cidadão Honorário de Brasília. A Fundação, criada em 1989, é ligada aos Diários Associados e realiza trabalhos com foco em impacto social.

TRÁFICO

## Sargento que levou droga pela FAB vai a julgamento

Preso há mais de dois anos na Espanha, o segundo-sargento Manoel Silva Rodrigues começa a ser julgado hoje pela Justiça Militar da União por tráfico internacional de drogas. Ele foi detido em junho de 2019 com 39 quilos de cocaína em um dos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) que dava apoio à comitiva do presidente Jair Bolsonaro (PL) que seguia para uma viagem ao Japão e para reuniões de cúpula do G20.

O sargento vai participar do julgamento por videoconferência. A defesa pede que, em caso de condenação, o tempo cumprido na Espanha seja considerado para abater a sentença. Outro pedido é que ele seja julgado com base no Código Penal Militar, que estabelece uma pena mais branda para o tráfico internacional — de no máximo cinco anos — do que a chamada Lei das Drogas, que prevê até 15 anos de reclusão.

A expulsão, no entanto, depende de uma condenação definitiva — ou seja, o trânsito em julgado. O resultado do julgamento de hoje ainda poderá ser objeto de recurso junto ao Superior Tribunal Militar (STM).

Rodrigues sentará no banco dos réus do Conselho Permanente de Justiça. O colegiado é presidido pelo juiz federal da Justiça Militar Frederico Magno de Melo Veras. Os outros quatro membros serão militares da Aeronáutica definidos por sorteio.

### Mensagem em código

Desde a prisão do sargento, a Polícia Federal (PF) abriu cinco fases da Operação Quinta Coluna para investigar se outros militares foram cooptados por um esquema de tráfico internacional de drogas. De acordo com as investigações, Manoel embarcou levando cocaína em pelo menos sete viagens oficiais, antes de ser preso na Espanha.

Segundo a PF, em todas os voos de que participou o sargento trocou mensagens com a mulher, Wilkelane Nonato Rodrigues, que indicariam que a remessa de cocaína teria chegado ao destino sem que ninguém percebesse. Em uma viagem oficial ao Azerbaijão, com escala também na Espanha, em abril de 2019, ele remeteu como código — segundo avaliação do Ministério Público Militar (MPM) — a foto de um braço levantado com um terço enrolado no pulso. Nesta viagem, o então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, estava à frente da comitiva. O roteiro incluía agenda oficial no Líbano e escalas em Cabo Verde, em Madri, em Roma e em Lisboa.

As investigações levantaram que uma semana depois de retornar do Azerbaijão, o sargento comprou uma moto Honda NC-750-X por R$ 32,9 mil. Manoel e Wilkelane também gastaram R$ 26 mil na reforma do apartamento em que moravam em Taguatinga, e na compra de móveis e elementos de decoração.

Ainda de acordo com o levantamento da PF, o sargento fez quatro voos domésticos — para São Paulo e Recife — e três internacionais com escalas na Espanha, onde a cocaína era deixada para os traficantes locais. Os investigadores estimam que Manoel recebeu aproximadamente R$ 100 mil pelo transporte da droga.

De acordo com a PF, o sargento não agia sozinho. As investigações apontam que outros quatro militares da Aeronáutica participavam do esquema de tráfico em missões oficiais nacionais e internacionais.